

Bracher encontra Volcker "receptivo"

por Paulo Sotero
de Washington

A solicitação do governo brasileiro, de incluir os juros e as amortizações de 1987 da dívida oficial na proposta de renegociação a ser apresentada ao Clube de Paris, na próxima segunda-feira, de forma a aliviar a pressão sobre as contas externas, suscitou dúvidas, no governo norte-americano, a respeito do esquema anteriormente acertado de apreciar o pedido de reescalonamento sem que o País tenha de estabelecer uma relação mais formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, que se encontra em Washington para, entre outras coisas, sondar a posição norte-americana em relação ao pedido brasileiro, disse ontem, ao sair de um encontro de mais de uma hora com Paul Volcker, presidente do Federal Reserve Board (FED), o banco central dos Estados Unidos, que encontrou receptividade, sem que isso implique uma alteração do esquema de "contatos ampliados" com o FMI.

"Mas é isso que estamos discutindo", ressaltou ele, acrescentando que Volcker "não tem condições de assumir um compromisso sobre qual será a posição norte-americana pois o FED não é agência que cuida do Clube de Paris, mas sim do Tesouro."

"É sempre necessário pensar que o Clube de Paris é um clube onde há várias partes e que as partes têm fidelidades recíprocas também. De modo que, no posicionamento que eles (do FED) nos dão, você pode mais perceber a atitude provável deles do que um comprometimento claro", frisou o presidente do BC.

HOJE, CONVERSA NO TESOURO

Bracher, que fez uma visita de cortesia na manhã de ontem ao diretor gerente do FMI, Jacques de Larosière, que deixa o cargo na próxima quinta-feira, conversará hoje com David Mulford, secretário-assistente do Tesouro para Assuntos Internacionais. "Não há nada garantido nem nada descartado. Há opiniões divergentes e a posição do governo dos Estados Unidos ainda não está tomada", afirmou uma fonte oficial de Washington, que atua na área monetária, indicando que a posição do Tesouro poderia ser influenciada pelo que Bracher dirá hoje a Mulford.

"Quando o Clube de Paris aceitou considerar a proposta de renegociação da dívida oficial, sem o FMI, a idéia era de que ela incluiria apenas os compromissos já vencidos", disse o funcionário. "É claro que sabíamos desde então que teríamos de ver o problema de 1987", acrescentou, indicando, contudo, que a deterioração das contas externas do País, nos três últimos meses, deu nova dimensão ao problema. O funcionário disse que "se as autoridades políticas brasileiras negociassem um acordo formal com o FMI, isso facilitaria muito as coisas, em todos os sentidos".

Fontes oficiais brasileiras e americanas sugeriram, no entanto, que Washington está resignada, ao menos por ora, à impossibilidade política do governo Sarney vir a entrar num entendimento formal com o FMI. Mas isso não significa necessariamente que o ministro Álvaro Alencar, assessor internacional do Ministério da Fazenda, e o diretor da Área Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, que apresentarão a proposta brasileira ao Clube de Paris, na semana que vem, terão sua tarefa facilitada.

Um representante categorizado brasileiro disse a este jornal que a questão que falta decidir é "quanto de 1987 será renegociado". Essa decisão, bem como o próprio andamento da negociação com o Clube de Paris, condiciona em larga medida as respostas que Bracher veio buscar nesta semana em Washington e em Nova York, pois ela não apenas definirá a quantia que o País terá de desencaixar para cumprir os compromissos de sua dívida oficial, mas influenciará a disposição das agências oficiais de crédito à exportação em restabelecer suas linhas de crédito para o Brasil.

"ESQUEMA MEXICANO ESTÁ EXAURIDO"

Bracher, que viaja hoje para Nova York, onde tem encontros marcados com os presidentes de quatro grandes bancos (John Reed, do Citicorp, John McGillicuddy, do Manufacturers Hanover, Willard Buchert, do Chase Manhattan, e Lewis Preston, do Morgan Guaranty) e com os três executivos que coman-

dam o comitê de bancos credores, afirmou que procurará explorar, com eles, "as melhores maneiras de se levantar os recursos de que necessitamos". Ele disse que considerará um bom resultado, se, em seus encontros com banqueiros, "caminharmos na definição do tipo de instrumental que vai ser usado para levantar esses recursos —

através de empréstimos de co-financiamento, de solicitações aos credores, etc."

Referindo-se às diferenças da situação das contas externas brasileiras três meses atrás e agora, o presidente do BC afirmou que "antes nós falávamos em levantar normalmente o 'new money' de que o País necessitaria, em 1987, através do mercado. Como nor-

malmente o banqueiro não dá tão facilmente o dinheiro a quem precisa, mas prefere dar a quem não o precisa, e se é fato que nós estamos precisando, então é de se prever que a coisa não terá a mesma facilidade de que tinha antes, mas isso é assim, em qualquer lugar do mundo".

Bracher afastou, contudo, a possibilidade de o

Brasil vir a fazer um pedido de dinheiro novo aos bancos ao estilo da última renegociação mexicana. "O andamento do (dinheiro novo) do México é penoso, é difícil. De modo que há uma consciência generalizada de que o sistema usado para o México, que foi o mesmo usado para o Brasil, no passado, teria talvez

já exaurido as suas potencialidades", afirmou.

"Então o que há é uma conveniência efetiva em se estudar um novo caminho. E é isso que eu estou procurando, com os banqueiros e com os organismos internacionais", continuou Bracher, procurando enfatizar, em seguida, o caráter temporário da deterioração da balança comercial.